

**Relatório da Participação da Delegação da  
Assembleia da República na Semana Parlamentar Europeia  
- Conferência Interparlamentar sobre o Semestre Europeu -  
Conferência Interparlamentar sobre a  
Estabilidade e a Coordenação e Governação Económica  
na União Económica e Monetária (art.º 13.º do TCEG)  
(Parlamento Europeu, Bruxelas, 18/19 de fevereiro de 2020)**

**- Delegação da Assembleia da República**

**Comissão de Assuntos Europeus:** Deputados Rita Borges Madeira (PS), Paulo Moniz (PSD), e Deputada Fabíola Cardoso (BE)

**Comissão de Orçamento e Finanças:** Deputados Fernando Anastácio (PS) e Álvaro Almeida (PSD)

**Comissão do Trabalho e Segurança Social:** Deputados Eduardo Barroco de Melo (PS) e Pedro Rodrigues (PSD)

**- Assessoria**

Bruno A. Dias Pinheiro, Representante Permanente da Assembleia da República junto das Instituições Europeias em Bruxelas

Raquel Cristina Caferra de Antunes Vaz, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus

---

**I. SESSÃO PLENÁRIA: ALARGAR E APROFUNDAR A ZONA EURO - PRÓXIMOS PASSOS? (18/02 -14h45-17h00)**

Co-presidida por Irene TINAGLI (S&D), Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do PE, e Grozdana PERIĆ, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento do Parlamento Croata.

**- Abertura:**

A sessão foi aberta por Irene TINAGLI (S&D), Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu (PE), a qual, em nome do PE, saudou os presentes e salientou que, nesta sessão, verificou-se um número recorde de participantes, estando presentes deputados dos 27 Estados-Membros (EM), bem como, ainda, de um país candidato e de um país observador. Informou que a conferência interparlamentar se iria centrar no aprofundamento da governação da União Económica e Monetária (UEM) e referiu que, do ponto de vista do PE, o euro é um dos símbolos mais visíveis da integração Europeia, sendo que  $\frac{3}{4}$  dos cidadãos europeus consideram que a moeda única é positiva para a União Europeia (UE). Salientou, ainda, que a conferência serviria para debater as vulnerabilidades da moeda comum que ficaram patentes durante a crise económica e financeira, e que, apesar de se registarem ao longo dos últimos anos progressos muito significativos na concretização da UEM, subsistiam lacunas e falhas que teriam de ser resolvidas, sendo premente concluir a União Bancária (UB) e a União do Mercado de Capitais (UMC), e proceder à reforma da regulamentação da governação económica. Terminou a sua intervenção,



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

salientando a importância de haver responsabilização democrática da governação económica e de ouvir o que pensam os PN sobre estas questões, tendo, de seguida, dado a palavra a **Grozdana PERIĆ**, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento do Parlamento Croata.

Por sua vez, **Grozdana PERIĆ**, referiu que era com muita honra que, passados sete anos da adesão à UE, a Croácia assumia a sua Presidência, podendo dar o seu contributo e imprimir uma nova dinâmica à UE. Além disso, reforçou a necessidade de se aproximar as decisões políticas dos cidadãos, de modo a melhor poder corresponder às suas expectativas. Terminou, lembrando o lema da Presidência Croata (“*Uma Europa forte face a um mundo em mudança*”) e sublinhando que a Croácia estava empenhada nas questões relativas ao quadro de governação económica.

### - *Intervenções iniciais:*

- “*As prioridades do ECOFIN*”: **Zdravko MARIĆ**, Presidente do ECOFIN, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças da Croácia

**Zdravko MARIĆ**, começou por sublinhar a importância do debate entre o PE e os PN quando se trata de formular as políticas a nível europeu, tendo enfatizado que este era o momento adequado para analisar o quadro de governação económica, por se estar a iniciar um novo ciclo a nível europeu. Referiu, ainda, que as atuais regras de governação económica - definidas há já cerca de uma década, sobretudo para dar resposta à crise financeira global e à crise da dívida soberana na Zona Euro (ZE) - permitiram que os EM reduzissem desequilíbrios acumulados anteriormente. Salientou, contudo, que estas regras não tiveram o impacto necessário em termos de políticas orçamentais e que, hoje em dia, os desafios que a UE enfrenta são diferentes, sendo necessário promover os investimentos, nomeadamente na economia digital e ecológica, a estabilidade macroeconómica, o crescimento inclusivo e sustentável, e levar em conta os fatores ambientais e tecnológicos. Afirmou, ainda, que se deve procurar simplificar e melhorar a coordenação destas regras. Finalmente, sublinhou que a Presidência Croata estava muito empenhada no aprofundamento da UEM, sobretudo do Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (SESID) e defendeu que, mais tarde ou mais cedo, todos os EM deveriam introduzir o Euro, sendo fundamental o trabalho conjunto para encontrar as melhores soluções, atendendo ao contexto internacional em mudança e aos desafios com que a UE se depara.

- “*As prioridades do EUROGRUPO*”: **Mário CENTENO**, Presidente do EUROGRUPO e Ministro das Finanças de Portugal

**Mário CENTENO**, iniciou a sua intervenção, referindo que era uma honra participar na presente conferência, e que considerava ser muito importante o debate e o escrutínio político.

Acerca da governação na ZE, informou que, de acordo com as últimas sondagens do Eurobarómetro, o apoio da moeda única por parte dos cidadãos europeus estava em 75%, sendo esta a taxa mais alta de sempre. Referiu, ainda, que se deve proteger o Euro contra riscos e ameaças e que a economia do Euro está numa fase de redução, tornando necessária uma reforma da sua governação. Salientou que a eficácia do Euro depende muito das instituições e da sua coordenação e colaboração com os EM. No que se refere ao EUROGRUPO, informou que está a dar mais importância à prestação de informação e que realiza várias reuniões sobre a situação orçamental, tendo acrescentado que, neste momento, há uma menor dispersão das posições orçamentais registadas na Europa.

Relativamente ao Instrumento Orçamental de Convergência e Competitividade (BICC), esclareceu que o mesmo deverá cofinanciar as reformas nacionais e os investimentos públicos, com o objetivo de promover a convergência e a competitividade na ZE e ser revisto e avaliado anualmente. Além disso, informou que o EUROGRUPO também tem estado a trabalhar noutras formas de aprofundamento da UEM - nomeadamente na reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), no SESD - que tem como ambição alcançar a uma UB muito mais forte no final desta legislatura, e sublinhou que a UMC é fundamental para a soberania financeira da Europa.

Terminou, referindo que os novos desafios com que atualmente a UE se depara, tornou necessária a revisão da governação económica, e que o EUROGRUPO tem sido o motor para uma mudança positiva em termos institucionais e políticos e que irá continuar a desempenhar o seu papel no futuro.

- *“As prioridades da Comissão Europeia”*: **Comissário Valdis DOMBROVSKIS**, Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia (CE) e **Paolo GENTILONI**, Comissário para a Economia

**Valdis DOMBROVSKIS** cumprimentou os presentes e começou por referir que defende uma UEM mais profunda. Na sua intervenção defendeu uma UEM mais eficaz e uma governação mais forte, salientando que a governação económica e a responsabilidade democrática andam “de mãos dadas”. Além disso, sublinhou a necessidade de acelerar os progressos na UB, de completar a UMC e de assegurar o Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE). Referiu, ainda, o Mecanismo de resseguro europeu sobre subsídios de desemprego, o qual contribuirá para a coesão social, a convergência entre os EM e reforçará a nossa UEM. Terminou a sua intervenção solicitando a cooperação dos deputados do PE e dos PN para a construção de uma UEM mais forte, defendendo que essa será a melhor forma de reforçar a estabilidade e autonomia económica e financeira da Europa, bem como reforçar o papel internacional do Euro e a posição e ação europeia nos fóruns internacionais.

De seguida tomou a palavra **Paolo GENTILONI**, que iniciou o seu discurso dizendo que era com prazer que participava na semana parlamentar Europeia dedicada particularmente ao tema da governação económica. Acerca da mesma, afirmou que a sua discussão vinha no momento certo, na medida em que se verificava um baixo crescimento e taxas de juro e inflação reduzidas. Para além disso, referiu os fatores externos que podiam influenciar a situação atual, nomeadamente o surto do vírus Corona na China, as questões demográficas, o Pacto Ecológico Europeu (PEE), um novo ciclo de instituições europeias, etc. Concluiu salientando que o investimento público continuava no nível mais baixo do que o que existia anteriormente à crise, há 10 anos atrás, e que era necessário melhorar e atualizar as normas, de modo a enfrentar os novos desafios com que a UE se deparava.

- *“Perspetivas de política monetária”*: **Fabio PANETTA**, Membro do Conselho Executivo do Banco Central Europeu

**Fabio PANETTA**, por sua vez, iniciou a sua intervenção referindo que era importante, para a UEM, que as políticas nacionais e europeias trabalhassem em sintonia, o que exigia uma cooperação estreita entre as instituições europeias e os deputados do PE e dos PN. Destacou duas prioridades: a necessidade de a arquitetura da UEM acompanhar o desenvolvimento da ZE e de se garantir que os países que não pertencem à ZE estejam preparados para aderir ao Euro. Defendeu, ainda, que a integração económica precisava de ser bem gerida para daí se poderem retirar todos os seus benefícios. Além disso, salientou a necessidade de se completar a UB e a UMC, de tentar ter medidas orçamentais contraciclo e macro prudenciais, boa gestão da dívida, supervisão bancária e políticas estruturais que fomentem o crescimento. Concluiu a sua intervenção referindo que os parlamentos têm um papel crítico a desempenhar no PE, já que podem fomentar iniciativas legislativas, de modo a responsabilizar atores europeus pelas suas ações e omissões em relação à UEM.

Concluída esta fase intervenções, **Irene TIGNALI (S&D)** deu a palavra aos deputados que se inscreveram para participar no debate.

**- Debate:**

**Gabriela CRETU**, do Senado Romeno, iniciou esta fase, salientando a importância de se equilibrarem as contas dos países da ZE e afirmando que o facto de nem todos os países pertencerem à ZE criava cisões na UE.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Os restantes intervenientes salientaram a necessidade do alargamento e aprofundamento da ZE e da conclusão da UB e da UMC (**Alfred SANT**, do PE, **Zarko TUSEK**, do Parlamento Croata), da existência de um Mecanismo de Supervisão Única (**Darinko KOSOR**, do Parlamento Croata), da importância da convergência entre os países da ZE e os países fora da ZE (**Dragoş PÎSLARU**, do PE, **Krzysztof TCHÓRZEWSKI**, da Polónia), do Instrumento de Garantia de Depósitos (**Boris LALOVAC**, do Parlamento Croata, **Angelos VOTSIS**, do Chipre), da revisão e simplificação das regras de governação económica (**André BERGHEGGER**, do Bundestag Alemão, **Eleni STAVROU**, do Chipre, **Ville VÄHÄMÄKI**, da Finlândia **Mariori GIANNAKOU**, do Parlamento Grego), do BICC (**Luigi MARATTIN**, da Camera dei deputati de Itália), bem como a necessidade de existirem outro tipo de recursos próprios (**PESCU**, Itália) e de existir uma estratégia anual de crescimento sustentável (**Di FAZIO**).

No debate também interveio **Pedro MARQUES (S&D)**, Deputado ao PE e membro da ECON, que referiu que a governação económica devia suportar o crescimento sustentável, ao mesmo tempo que deveria contribuir para manter as finanças públicas saudáveis. Por outro lado, defendeu a necessidade de existirem regras de apoio ao investimento, particularmente ao investimento verde, e de um semestre europeu que contemplasse os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). No que respeita à governação económica, salientou que a mesma deveria ter regras mais flexíveis, e que se devia avançar com um verdadeiro orçamento da ZE e uma UB completa com o seu terceiro Pilar, nomeadamente o SESD. Finalizou a sua intervenção referindo a necessidade de o *macroeconomic imbalance procedure* ser simétrico, devendo as suas regras ser aplicadas de forma igualmente intensa, quer aos Países em situação de défice, quer aos Países em situação de superavit.

Por sua vez, **Margarida MARQUES (S&D)**, Deputada ao PE e relatora para o Quadro Financeiro Plurianual (QFP), também interveio, tendo salientado a importância destes debates entre o PE e os PN para a definição das políticas europeias, e destacado o aprofundamento da UEM e o PEE como estratégia de crescimento económico. Concluiu a sua intervenção questionando o Senhor Presidente do EUROGRUPO acerca da forma como o BICC era tratado na proposta do QFP 21-27.

### - *Comentários/Conclusões Finais:*

**Zdravko MARIĆ** iniciou a ronda dedicada aos comentários finais, tendo salientado as lições aprendidas na última década e a necessidade de rever as regras de governação económica em conformidade.

Por sua vez, **Mário CENTENO** destacou a importância da transparência nas instituições europeias, esclarecendo que o EUROGRUPO tem vindo a adotar medidas nesse sentido. Já no que respeita ao BICC, salientou que não podia ser financiado à custa de outras políticas, e concluiu a sua intervenção dizendo que confiava nos líderes para que dessem ao BICC os recursos adequados para cumprir o seu mandato de convergência e competitividade.

**Valdis DOMBROVSKIS** salientou a necessidade de revisão e simplificação das regras orçamentais da UE (*2 pack e 6 pack*), e de apoio ao investimento no contexto da transição digital e PEE. Além disso, destacou a importância de todos contribuírem para a consulta pública que tinha sido iniciada e que aborda temas como o aprofundamento e alargamento da UEM e a conclusão da UMC e da UB. Terminou a sua intervenção, referindo que a Croácia estava empenhada em aderir à ZE e que a Comissão Europeia (CE) está disposta a apoiar todos os países que pretendam aderir.

**Paolo GENTILONI** defendeu a necessidade de uma coordenação mais forte das políticas orçamentais e do envolvimento de todos, quer dos PN quer dos Governos dos 27 EM neste processo. Por sua vez, **Fabio PANETTA** realçou, nomeadamente, a necessidade de completar a UB e a UMC, de melhorar a competitividade dos mercados financeiros e da partilha de risco em vários grupos de investidores, de melhorar as condições financeiras a pequenas e médias empresas e de concluir o mercado único.

De seguida, **Irene TINAGLI (S&D)** deu a palavra a **Grozdana PERIĆ** para concluir a sessão, tendo a mesma agradecido a participação de todos e reiterado o desejo de a Croácia aderir à ZE, tendo salientado a necessidade de existirem mais medidas para reduzir o risco, nomeadamente no que respeita às criptomonedas.



A sessão pode ser visualizada [aqui](#).

## II. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES DE COMISSÕES (EM PARALELO ) (18/02 - 17.15-19.00)

### II. A. Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON)

#### II. A. 1. Sessão 1: *“Rumo a um novo sistema internacional de impostos”*

A sessão foi co-presidida por **Irene TINAGLI (S&D)**, Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do PE, e **Boris LALOVAC**, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento do Parlamento Croata.

As *intervenções iniciais* da presente sessão, sob o tema *“Rumo a um novo sistema internacional de impostos”* estiveram a cargo de **Paolo GENTILONI**, Comissário para a Economia, **Pascal SAINT-AMANS**, Diretor do Centro de Política e Administração Tributária, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), **Grozdana PERIĆ**, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento do Parlamento Croata e **Hans MICHELBAACH**, da Comissão de Finanças do Parlamento Alemão.

Seguiu-se um debate e uma ronda de perguntas entre os membros do PE e dos PN.

#### II. A. 2. Sessão 2: *“Da transparência à sustentabilidade e aos fatores ambientais, sociais e de governança: objetivos nos serviços financeiros”*

A sessão subordinada ao tema *“da transparência à sustentabilidade e aos fatores ambientais, sociais e de governança: objetivos nos serviços financeiros”* foi co-presidida por **Irene TINAGLI (S&D)**, Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do PE, e **Grozdana PERIĆ**, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento do Parlamento Croata.

A sessão contou com as *intervenções iniciais* de **John BERRIGAN**, Diretor Geral da DG **FISMA** (Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais), da CE, e **Boris LALOVAC**, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento do Parlamento Croata, às quais se seguiu um debate entre os membros dos PN e do PE que se inscreverem para nele participar.

O programa das presentes sessões encontra-se disponível [aqui](#) e a sessão pode ser visualizada [aqui](#).

Note-se que, nas sessões de que trata este ponto (organizadas pela ECON), não estiveram presentes nenhum dos Senhores Deputados que compuseram a delegação da AR, por se encontrarem a participar nas outras sessões organizadas pela EMPL e BUDG, que decorreram em simultâneo.

### II. B. Comissão de Emprego e Assuntos Sociais (EMPL)



II. B. 1. Sessão 1: “*A Garantia para a infância*”

II. B. 2. Sessão 2: “*O salário mínimo europeu*”

Estas sessões foram dedicadas às questões sociais e de emprego, centrais para uma transição justa e inclusiva em toda a UE. Os debates integrais estão disponíveis [aqui](#).

A primeira sessão (*A Garantia para a Infância*) foi presidida por Lucia Āuriš Nicholsonová, Presidente da Comissão EMPL do PE, e por Gordan Maras, Presidente da Comissão de Trabalho, Sistema de Aposentação e Parceiros Sociais do Parlamento croata. Além das intervenções da Vice-Presidente da Comissão Europeia, Dubravka Šuica, e do Comissário europeu para o Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmitt, o **Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS)**, proferiu um discurso, que se anexa ao presente relatório (minutos 17:46:04 a 17:52:33 da [gravação](#)).

A Senhora Deputada **Fabiola Cardoso (BE)** interveio nesta sessão (disponível [aqui](#), entre os minutos 18:18:28 e 18:20:16), começando por manifestar a sua alegria pela pertença a um projeto de paz que continua vivo, especialmente quando os debates não são apenas em torno de números, mas de pessoas e, especialmente, de crianças. Referindo-se ao pelouro da Vice-Presidente Dubravka Šuica (Demografia e Democracia), considerou que se trata de uma junção de matérias particularmente feliz, pois inclui a luta contra a pobreza e o reforço da inclusão em toda a UE. Referiu, ainda, que a Garantia para a Infância pode ser uma ferramenta extremamente útil para conseguir estes dois objetivos. Por outro lado, questionou se estão pensadas medidas diferenciadoras relativamente à disparidade ainda existente em vários países entre rapazes e raparigas, bem como no tocante às questões de orientação sexual e identidade de género, de modo a combater as diversas formas de violência que ainda existem em muitas sociedades.

A sessão seguinte, dedicada ao tema dos *Salários Mínimos Justos*, teve como intervenientes o Comissário N. Schmitt e Stergiani Biziou, Deputado do Parlamento helénico.

II. C. Comissão dos Orçamentos (BUDG): “*Como tornar o orçamento europeu (QFP 21-27) mais preparado para os desafios globais?*”

Co-presidida por **Johan VAN OVERTVELDT (ECR)**, Presidente da Comissão de Orçamento (BUDG) do PE, e **Damir MATELJAN**, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Fundos Europeus do Parlamento Croata.

- **Abertura:**

**Van OVERTVELDT (ECR)** começou por referir que, nas últimas eleições europeias, os cidadãos europeus votaram para que a Europa combatesse as alterações climáticas e que, de acordo com a proposta apresentada do QFP, os fundos para financiar esse objetivo deveriam ser retirados de outros programas igualmente importantes, o que não era aceitável. Adicionalmente, salientou que ainda existiam outros desafios, como a revolução digital, desemprego, as pressões migratórias, a instabilidade geopolítica, e que a proposta estava muito aquém daquilo que era necessário para enfrentar os desafios com que os cidadãos europeus se deparavam. Por outro lado, acrescentou que o modo como o orçamento europeu é financiado tinha de ser modernizado, havendo possibilidade de acrescentar novos recursos próprios, baseado num acordo de partilha de receitas vinculativo entre os EM. Concluiu a sua intervenção dizendo que deveria ver-se como poderia o orçamento da UE ajudar as economias europeias, de modo a enfrentar os desafios com que se debatem.

De seguida deu a palavra a **Damir MATELJAN**, o qual assumiu a presidência da sessão e informou que iriam existir 6 intervenções, sendo a primeira de **Jan OLBRYCHT (PPE)**, co-relator do PE sobre o QFP.

*- Intervenções iniciais*

**Jan OLBRYCHT (PPE)** salientou que o pacote do QFP comportava vários elementos que deveriam ser discutidos, devendo perceber-se quais as principais políticas que iriam ser financiadas. Referiu que, na anterior legislatura, já tinha sido apresentada a posição do parlamento sobre qual deveria ser o montante das verbas para o orçamento da UE, tendo em conta o *Brexit* e também as novas prioridades da UE. Acrescentou que a proposta de QFP apresentada representava uma redução das ambições e da área de ação da UE, que se traduzia em menos despesa e menos investimento em vários projetos, e que implicava cortes muito concretos em diversas políticas, como na defesa, investigação, coesão e agricultura. Concluiu a sua intervenção referindo que os negociadores do QFP defendem uma Europa mais ambiciosa e que, nessa medida, iriam rejeitar esta proposta.

De seguida **Damir MATELJAN** deu a palavra a **Margarida MARQUES (S&D)**, co-relatora do PE sobre o QFP, a qual começou por salientar a importância da partilha de pontos de vista sobre o QFP, entre os membros do PE e os membros dos PN. Referiu, ainda, que o PE está empenhado em corresponder às expectativas dos cidadãos, fazendo parte da sua agenda política, por exemplo, o combate às alterações climática, a transição para o digital, a promoção da convergência e da coesão na UE, a mobilização dos jovens para a participação política e para um maior conhecimento da Europa, entre outros objetivos. E que, por conseguinte, o orçamento proposto não era suficiente para cumprir as prioridades e ambições da UE, pelo que o PE pretendia rejeitá-lo. Por outro lado, acrescentou que o orçamento poderia ser aumentado com recursos próprios que não penalizassem os cidadãos e que se relacionassem com os objetivos políticos da UE (como por exemplo o imposto sobre os plásticos e o imposto sobre as transações carbono), ou ainda outros recursos decorrentes dos benefícios do mercado interno (como, por exemplo, o imposto sobre as transações financeiras ou ainda o imposto sobre o digital). Concluiu a sua intervenção, dizendo que o PE pretende, acima de tudo, ser coerente, orientando a valorização dos recursos próprios com os objetivos políticos da UE.

Seguidamente tomou a palavra **José Manuel FERNANDES (PPE)**, co-relator do PE para os recursos próprios, que defendeu que o orçamento tinha um enorme valor acrescentado, na medida em destinava a quase totalidade a investimento, e que era necessário pôr termo à noção de contribuinte ou beneficiário líquido, já que os estudos demonstravam que, mesmo que um EM nada recebesse do Orçamento da UE, sempre receberia benefícios extraordinários em virtude do mercado único. Além disso, referiu que as grandes empresas do setor digital deveriam começar a contribuir para a receita, e que havia que combater a fraude e a evasão fiscal na UE, as quais significavam uma perda equivalente a 7 anos do orçamento, que sobrecarregava os cidadãos europeus. Concluiu a sua intervenção, defendendo que era ser necessário acabar com os abatimentos e as compensações, bem como com as falsas receitas (deu, como exemplo, as coimas e multas, que num ano entram no orçamento e no ano seguinte são devolvidas aos EM em razão da sua contribuição nacional).

**Valérie HAYER (Renew Europe)**, co-relatora para os recursos próprios, por sua vez, referiu que, na sua opinião, o próximo QFP deveria acompanhar a soberania Europeia e a transição ecológica. No que concerne à soberania, salientou que a Europa deveria criar instrumentos de defesa comuns e um programa espacial que lhe permitisse rivalizar com os grandes Estados-Continentes. Já no que respeita à proteção do clima e do ambiente, defendeu a necessidade de garantir a conformidade das despesas com o *Acordo de Paris*, bem como a criação de uma contribuição sobre o plástico e de um mecanismo de ajustamento do carbono nas fronteiras, de modo a evitar a deslocalização das empresas europeias para países com normas menos rigorosas em matéria de poluição. Finalmente, defendeu a criação de novos recursos próprios e a supressão das compensações e/ ou dos abatimentos, e salientou que o futuro Orçamento europeu deve ser um instrumento ao serviço da soberania.

**Jean-François RAPIN**, membro do Comité de Finanças do Senado Francês, referiu que a França concordava com a proposta do QFP no sentido de reforçar as dotações atribuídas à investigação, segurança, controlo das fronteiras, *programa Erasmus*, prioridades. Contudo, referiu que se opunha



à proposta de cortes orçamentais para políticas tradicionais como a Política Agrícola Comum (PAC), as políticas de coesão e as dotações de autorização. Além disso, defendeu o fim dos abatimentos e um orçamento mais ambicioso no que se refere à competitividade e da convergência, virado para as novas prioridades, e mais realista. Terminou a sua intervenção, alertando que a saída do Reino Unido (RU) muito provavelmente inviabilizará a possibilidade de redução das contribuições nacionais.

**Ondřej BENEŠÍK**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, da Câmara de Deputados do parlamento da República Checa, falou acerca da perda da capacidade militar da UE e da redução da despesa no desenvolvimento da Segurança e defesa. Além disso, referiu que, se a UE pretendia assumir um papel de destaque a nível internacional, deveria apostar na modernização e atribuir mais dinheiro para a digitalização, programas de intercâmbio estudantes, proteção das fronteiras externas, para as políticas de asilo e migração, para investigação, desenvolvimento e inovação. Salientou, ainda, que a segurança e a prosperidade económica estão intimamente associadas, devendo a UE colaborar com a NAIO, Nações Unidas e Estados Unidos. Por último, salientou a importância de os objetivos ambientais também apoiarem a inovação.

**- Debate:**

Na fase de debate, além de outros participantes, intervieram os 3 deputados da AR presentes.

O Senhor Deputado **Paulo MONIZ (PSD)** salientou que a Europa não podia pôr em risco a coesão e revelou preocupação relativamente ao que, no seu entender, era uma tentativa de exclusão das Regiões Ultraperiféricas (RUP) do Fundo para uma Transição Justa (FTJ). Adicionalmente, referiu que o incremento ao nível do cofinanciamento que era exigido, colocava as RUP numa situação ainda mais periférica. Mencionou, como aspeto central, a necessidade de um apoio forte ao desenvolvimento e investigação tecnológico, sendo fundamental que as pequenas e médias empresas tivessem a capacidade de lidar com os desafios do PEE e da transição digital. Concluiu a sua intervenção defendendo que a UE tinha de encontrar novos financiamentos, ao invés de fazer cortes em áreas consolidadas, como a PAC, as pescas e/ou a coesão.

O Senhor Deputado **Fernando ANASTÁCIO (PS)** também interveio na presente sessão, tendo começado por referir que as negociações sobre o QFP seriam muito difíceis, na medida em que os 27 EM teriam de resolver um problema criado pela redução do financiamento causada pela saída do RU, estimada em cerca de 60 mil milhões de Euros, e, simultaneamente, encontrar soluções que permitissem implementar a nova agenda de desenvolvimento sustentável. Além disso, salientou alguns aspetos que, no seu entender, deveriam ser considerados no novo QFP, tais como a manutenção da taxa dos recursos próprios de cada EM; a criação de novos recursos próprios; a necessidade de investir mais em investigação e desenvolvimento; o combate às alterações climáticas; a transição digital; a cooperação com outros continentes e a segurança. Concluiu afirmando que a política de coesão e a PAC não deveriam ser variáveis de ajustamento; e que o novo QFP deveria permitir à UE a concretização da política dos três “C” (competitividade, coesão e convergência).

Por sua vez, o Senhor Deputado **Álvaro ALMEIDA (PSD)** afirmou que os cidadãos europeus esperam que as políticas que mais impactam a vida dos cidadãos – a política de coesão e a PAC – sejam preservadas, mas partilhava da preocupação de vários intervenientes, relativamente à necessidade de não aumentar a carga fiscal suportada pelos contribuintes europeus. Contudo, lembrou que o aumento de orçamento necessário para preservar as políticas tradicionais não implicava, necessariamente, um aumento da carga fiscal a suportar pelos contribuintes europeus. Concluiu a sua intervenção esclarecendo que quando o orçamento europeu é aumentado para fazer face aos novos desafios, não se está a aumentar os gastos totais a nível europeu, uma vez que esses desafios implicariam sempre intervenção pública e correspondente despesa: se as novas áreas de intervenção da UE substituírem intervenções nacionais que seriam menos eficientes, reduzem-se as



despesas a nível nacional, transferindo-as para o nível europeu, com ganhos de eficiência das políticas públicas.

No debate intervieram, ainda, deputados de outros PN e do PE, sendo que a maioria dos intervenientes demonstrou desagrado pela proposta de redução de financiamento em políticas como a da coesão, a PAC e a defesa.

No que respeita à proposta de aumento das contribuições nacionais, as opiniões divergiram, havendo quem defendesse que, devido à lacuna deixada pelo *Brexit* e à necessidade de reforço de financiamento em políticas consideradas prioritárias para a Europa, o aumento seria inevitável (PETRY, Alemanha), e quem se opusesse a esse aumento, defendendo, antes, uma redução ou recanalização de recursos, e/ou, ainda, a revisão dos sistemas fiscais e orçamentais dos EM que apresentam dificuldades na cobrança dos seus impostos.

Finalmente, salientou-se a necessidade de o próximo QFP ser mais ambicioso e realista, com recursos que permitam combater as desigualdades e reforçar a coesão sócio-económica, e promover uma mudança ecológica e digital, encarando os desafios atuais e as mudanças demográficas que decorrem na UE.

#### **- Comentários/Conclusões Finais:**

Concluído o debate, **Van OVERDTVELDT (ECR)** deu a palavra a **Damir MATELJAN** para encerrar a sessão, o qual agradeceu aos organizadores da semana parlamentar europeia e aos participantes, e salientou a importância da convergência das políticas tradicionais, a fim de garantir o bom funcionamento da UE, nomeadamente através da defesa das prioridades comuns, como o PEE e as políticas de desenvolvimento e de investigação.

A sessão pode ser visualizada [aqui](#).

### **III. SESSÃO PLENÁRIA: LIDERAR O COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: QUE PAPEL PARA AS POLÍTICAS ECONÓMICA, ORÇAMENTAL E SOCIAL DA UE? (19/02 – 9h30-12h00)**

Nota de boas vindas: **David Maria SASSOLI (S&D)**, Presidente do Parlamento Europeu, e **Gordan JANDROKOVIC**, Presidente do Parlamento Croata.

Co-presidida por **Mairead MCGUINNESS (PPE)**, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, e **Domagoj Ivan MILOSEVIC**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento croata.

#### **- Abertura:**

O Presidente do Parlamento Europeu, **David Maria SASSOLI (S&D)**, abriu a sessão plenária dedicada às alterações climáticas e ao papel que as políticas económicas, orçamentais e sociais da UE podem desempenhar a este respeito.

Na sua intervenção, elogiou o [Semestre Europeu](#), na medida em que permite, através dos deputados dos PN, dar a conhecer à CE as questões que os cidadãos europeus enfrentam. Além disso, destacou a relevância da revisão do quadro de governação económica num instrumento que integrasse os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O Presidente **SASSOLI (S&D)** concluiu frisando que os europeus não são todos iguais perante a crise ecológica e que os desafios do clima e das desigualdades só poderão ser resolvidos em conjunto, com o apoio de todos e a aceitação das mudanças que são necessárias.

De seguida, interveio o Vice-Presidente do Parlamento croata, **Željko REINER**, o qual se juntou ao Presidente **SASSOLI (S&D)**, sublinhando a importância de uma ação imediata na luta contra as

alterações climáticas e o seu impacto nas políticas económicas, orçamentais e sociais da UE. Além disso, reforçou que o PEE vai iniciar um novo ciclo de grandes mudanças, as quais deverão ser encaradas como oportunidades para transformar a economia europeia de forma a que todos os EM estejam em pé de igualdade na transição para uma economia de baixo carbono. Terminou a sua intervenção salientando que estas mudanças implicarão elevados investimentos públicos e privados, os quais deverão ser considerados nas negociações sobre o QFP, que prevê o Mecanismo para uma Transição Justa.

**-Intervenções iniciais:**

- *“Uma perspetiva global”*: **Mark CARNEY**, Enviado Especial para a Ação Climática e Finanças das Nações Unidas.

**Mark CARNEY** sublinhou a oportunidade que a COP 26 constitui para atingir o objetivo da neutralidade climática, na medida em que tem por objetivo garantir que qualquer decisão financeira, seja ela pública ou privada, leve em conta as alterações climáticas. Neste sentido, referiu que será necessário progredir em 3 áreas (comunicação, gestão do risco climático e financiamento sustentável) e salientou o trabalho que a UE tem desenvolvido neste sentido. Por último, destacou o papel do PE no sentido de ajudar a encaminhar os Governos e de usar a COP26 para criar as ligações necessárias para gerir os riscos em torno das alterações climáticas.

- *“O mecanismo para uma transição justa”*: *Uma perspetiva global*: **Guy RYDER**, Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

**Guy RYDER**, iniciou a sua intervenção, enfatizando o sucesso da cooperação entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a UE, baseado na partilha de valores (justiça social, solidariedade, equidade), métodos (parceria social e diálogo), e na disponibilidade comum para abraçar novos desafios e novas oportunidades, como seja a construção de um futuro melhor e sustentável na Europa e no mundo.

Salientou que o compromisso de atingir a neutralidade climática europeia até 2050 terá efeitos positivos no mundo do trabalho, nomeadamente através da criação de novos empregos, na sua maioria na construção, na indústria transformadora e nas energias renováveis.

Concluiu a sua intervenção afirmando que o PEE deveria ser uma prioridade, tanto para as políticas externas como para as políticas internas da Europa, e que a OIT estava empenhada no programa de qualificações, nas instituições de trabalho e nos postos de trabalho do futuro.

- *“Como financiar a transição”*: **Emma NAVARRO**, Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI)

Na sua intervenção, **Emma NAVARRO** salientou que o BEI estava determinado em apoiar o PEE e financiar uma transição justa para todos, em direção a um futuro com baixas emissões de carbono e resiliente às alterações climáticas.

Com efeito, destacou que a CE estimou que o cumprimento dos objetivos climáticos e energéticos para 2030 exigiria investimentos adicionais de 260 mil milhões de Euros por ano, e que, por conseguinte, o BEI tinha decidido aumentar os seus compromissos climáticos e reafirmar o seu papel como Banco do Clima da UE, essencialmente de duas formas: por um lado, aumentando, até 2025, a quota-parte do financiamento para o clima e o ambiente para cerca de 50% da atividade do BEI; e, por outro lado, alinhando, até ao final de 2020, todas as atividades de financiamento com os princípios e objetivos do Acordo de Paris. Neste sentido, transmitiu que o BEI decidiu deixar de financiar projetos energéticos baseados nos combustíveis fósseis tradicionais, incluindo o gás natural, até ao final de 2021, e concluiu, destacando que o BEI está firmemente empenhado em trabalhar com os EM, as instituições europeias e outros parceiros para aumentar os investimentos e apoiar a transição justa para um futuro neutro em termos de carbono.



- “Plano de Investimento para Uma Europa Sustentável:” **Valdis DOMBROVSKIS**, Vice-Presidente Executivo da Comissão.

Na sua intervenção **Valdis DOMBROVSKIS** começou por salientar que a luta contra as alterações climáticas é uma prioridade na agenda da CE para os próximos cinco anos, dela fazendo parte o PEE e a primeira Lei Europeia do Clima, que implicarão uma modernização e transformação industriais sem precedentes, generalizadas a todos os países da UE. Referiu, ainda, que, para cumprir os objetivos climáticos e energéticos para 2030, haverá necessidade de um plano de financiamento sólido, do qual destacou o Plano de Investimento Green Deal, o programa de investimento InvestEU e o Mecanismo para uma Transição Justa. Além disso, destacou a necessidade de estabelecer um ambiente político e regulamentar adequado para enfrentar as mudanças atuais.

**- Debate:**

Seguiu-se uma troca de pontos de vista entre os deputados dos PN e do PE, os quais destacaram, entre outras questões, a preocupação com a influência que as alterações climáticas têm nos fluxos migratórios, bem como a necessidade de envolver os Estados Unidos, Rússia e China, no combate às alterações climáticas. Foi realçada, também, a necessidade de se concentrarem esforços nos projetos de descarbonização da economia.

**- Comentários/Conclusões Finais:**

Os oradores convidados salientaram, nas suas conclusões finais, as alterações climáticas como uma prioridade na agenda política da Europa, que está empenhada em garantir a neutralidade carbónica até 2050. Contudo, tal significa uma grande modernização e uma grande transformação industrial em todos os países da UE, o que exigirá a substituição de tecnologias tradicionais. Além disso, foi referido que não há crescimento sem desenvolvimento sustentável, sendo, necessária uma alteração de mentalidade.

**Mairead MCGUINNESS (PPE)**, por sua vez, salientou a importância do diálogo entre os PN e o PE, no sentido de encarar esta preocupação comum.

A sessão pode ser visualizada [aqui](#).

#### **IV. SESSÃO PLENÁRIA: COMPETÊNCIAS E EMPREGO PARA UM CRESCIMENTO INCLUSIVO: TROCA DE BOAS PRÁTICAS (19/02 - 14.00-16.00)**

Co-presidida por **Dita CHARANZOVÁ (Renew Europe)**, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, e **Gordan MARAS (S&D)**, Presidente da Comissão de Trabalho, Reforma e Segurança Social do Parlamento Croata.

**- Abertura:**

A última sessão foi aberta por **Dita CHARANZOVÁ (Renew Europe)**, a qual deu as boas vindas aos participantes e informou que a sessão iria centrar-se no tema das qualificações e empregos para o crescimento inclusivo, tendo referido que as qualificações, a adaptabilidade da mão-de-obra e as necessidades em mudança do mercado de trabalho, são desde há muito uma prioridade política da UE e um tema de grande importância para o PE.

Concluiu a sua intervenção destacando várias resoluções do PE, bem como a nova Agenda de competências para a Europa, insistindo numa necessidade de reforçar as qualificações ao longo da vida e salientando o papel da educação e da formação profissional e aprendizagem ao longo da vida.

De seguida passou a palavra a **Gordan MARAS**, o qual salientou a importância do debate aprofundado e útil, e referiu que as qualificações e emprego para um mundo mais inclusivo são um tema fundamental para o futuro da UE.

**- Intervenções iniciais:**

- *Prioridades da Comissão Europeia*: **Nicolas SCHMIT**, Comissário para o Emprego e Direitos Sociais.

Por sua vez, o Comissário para o Emprego e Direitos Sociais, **Nicholas SHMIDT**, apresentou as prioridades da CE, referindo a importância da qualificação para o crescimento inclusivo no âmbito da transição digital, bem como uma série de estratégias aprovadas pela Comissão, nomeadamente a estratégia para o desenvolvimento digital na UE, a Agenda de competências para a Europa e o [Livro branco sobre a inteligência artificial](#). Salientou a importância das qualificações no combate ao desemprego e concluiu a sua intervenção referindo que a comissão está preparada para ajudar os EM a canalizarem adequadamente os seus investimentos para uma estratégia de qualificações adequada, sendo responsabilidade dos EM fazer com que a estratégia europeia seja um êxito.

- *Prioridades Nacionais*: **Merja KYLLÖNEN**, *Grand Committee*, Parlamento da Finlândia.

**Gordan MARAS** deu, de seguida, a palavra a **Merja KYLLÖNEN**, a qual referiu que atravessamos uma revolução marcada pela digitalização, globalização crescente e o desenvolvimento de políticas verdes, a qual tem o inconveniente de fazer desaparecer os empregos tradicionais, deixando muitas pessoas em risco de perder o emprego ou mesmo sem emprego. Prosseguiu a sua intervenção destacando um relatório do Parlamento da Finlândia, que demonstra que o desenvolvimento tecnológico evolui muito rapidamente, o que torna o conhecimento científico obsoleto. Neste sentido, defendeu que os políticos devem estar preparados para o futuro, encontrando soluções que permitam antecipar aquilo que precisa de ser mudado no mercado de trabalho.

- *Prioridades Nacionais*: **Ante BABIĆ**, Deputado da Comissão de Trabalho, Reforma e Segurança Social do Parlamento Croata;

**Ante BABIĆ**, referiu que o desenvolvimento tecnológico, a globalização, as mudanças climáticas e o envelhecimento da população têm impacto em muitos aspetos sociais e no mundo do trabalho, sendo imperativo o investimento em políticas do mercado de trabalho, de modo a ir de encontro aos desafios atuais e futuros. Além disso, reforçou a importância da parceria entre os sistemas de educação e o mercado de trabalho, bem como da cooperação estreita entre os parceiros sociais e empregadores, na criação de políticas de emprego relevantes. Destacou, ainda, a relevância da educação ao longo da vida, para permitir que a força de trabalho se adapte às mudanças que vão surgindo, o investimento na criação de empregos de qualidade e sustentáveis, e a promoção do empreendedorismo. Além disso, sublinhou o papel fundamental que o setor público deve desempenhar no desenvolvimento e ajustamento do sistema de educação e nos programas adaptados às necessidades da economia. Concluiu a sua intervenção dizendo que, na Europa, todos, quer os jovens quer os mais velhos, devem ter acesso a apoio adaptado, para melhorar as suas possibilidades e hipóteses de conseguir um emprego melhor

- *Prioridades Nacionais*: **Claudia MÜLLER**, Deputada da Comissão de Assuntos Económicos e Energia, do Parlamento Alemão.

**Claudia MÜLLER** recordou que, aquando da reunificação alemã, muitas pessoas depararam-se com a necessidade de reorientar a sua profissão e de reciclar as suas competências, sendo que nem todos conseguiram adaptar-se. Referiu, contudo, que as mudanças que a Europa enfrenta atualmente,

nomeadamente a digitalização, a crise climática e a mudança demográfica, não são tão repentinas, pelo que a formação contínua deve ser adaptada de modo a fazer face aos desafios atuais. Além disso, destacou a importância da inclusão, envolvendo mais as mulheres e integrando toda a população nestas mudanças.

**- Debate:**

Seguiu-se a intervenção de vários deputados, quer do PE, quer dos PN, as quais abordaram, na sua maioria, o desenvolvimento e a necessidade de adaptação da mão-de-obra às mudanças que ocorrem no mercado de trabalho. A este propósito, foi destacado o papel fundamental que a educação assume no desenvolvimento de competências relevantes para um mercado de trabalho do futuro, que deverá ser sustentável e inclusivo. Por outro lado, vários intervenientes sublinharam as questões relacionadas com a desigualdade entre os géneros, a escassez de empregos adaptados a pessoas com necessidades especiais, as baixas pensões de reforma e a pobreza, a falta de competências no setor digital, a emigração, a precariedade, e a necessidade de atrair pessoas menos qualificadas para a formação.

**Skevi KOUTRA-KOUKOUMA**, do Parlamento Cipriota, sublinhou a importância de se definir o salário mínimo Europeu, bem como um quadro regulamentar que contemple as novas formas de emprego que atualmente proliferam, de modo a conferir maior proteção social e maior dignidade aos trabalhadores, e mecanismos de acompanhamento e supervisão.

**Žarko TUŠEK**, do Parlamento croata, abordou a dificuldade de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e privada, e o seu impacto negativo na taxa de natalidade. Nesse sentido, defendeu que as empresas devem permitir horários mais flexíveis e que se deverá pensar de que forma os Fundos Europeus poderão ser canalizados para auxiliar as famílias mais jovens.

Por sua vez, **José María SÁNCHEZ GARCÍA**, do Congresso de Deputados de Espanha, referiu que a educação está intimamente ligada à dignidade da pessoa, pelo que todas as pessoas deverão ter direito à melhor educação. Neste sentido, defendeu uma formação generalista para todos, que, na sua base, integre 4 disciplinas: uma disciplina de língua e cultura nacional, uma disciplina científica, uma língua e cultura estrangeira, e, finalmente, uma disciplina informática.

**- Comentários/Conclusões Finais:**

Terminado o debate, foi dada a palavra aos oradores iniciais para que se pronunciassem sobre as preocupações partilhadas pelos intervenientes.

**Nicolas SHMIDT** referiu que, efetivamente, o grande desafio era a revolução digital em curso, a qual irá mudar a maior parte dos empregos e exigir que cada um reforce os seus conhecimentos, sendo, por isso, necessário investir na formação contínua. Depois, referiu a importância de atrair os trabalhadores menos qualificados para a formação e de mudar o quadro de formação, de modo a criar novos métodos para atualizar os conhecimentos e dar novas oportunidades a essas pessoas. Proseguiu, destacando a necessidade de se combater a desigualdade e a discriminação, e de apostar na ideia de envelhecimento ativo, isto é, de se criarem condições para que as pessoas continuem a ter acesso à formação, mesmo depois de terminarem a sua vida profissional. Por outro lado, abordou o lançamento da Nova Agenda de Competências para a Europa, adaptada à realidade de cada país, e defendeu que as mudanças no mercado laboral não têm de ser encaradas unicamente como negativas, na medida em que houve muitos empregos que mudaram para melhor, tornando-se menos penosos. Nesse sentido, concluiu que se deverão reservar os trabalhos repetitivos para as máquinas, deixando para as pessoas os trabalhos criativos.

**Merja KYLLÖNEN** destacou a transformação digital e a necessidade de adaptar a formação às pessoas, na medida em que a população Europeia está a envelhecer.

**Ante BABIĆ**, por sua vez, referiu que o mercado trabalho na UE é um mercado muito dinâmico, sendo que, no Sul da Europa muitas pessoas abandonam o seu país em busca de oportunidades noutros países da UE. Além disso, salientou a importância das qualificações e também na reorientação profissional, para fazer face às mudanças que ocorrem no mercado trabalho. Acerca do envelhecimento da população, sublinhou que se deve promover um envelhecimento ativo e que, na

Croácia, os reformados continuam a contribuir para o mercado de trabalho, trabalhando como mentores dos trabalhadores mais jovens.

**Claudia MÜLLER** destacou o consenso existente quanto à importância da formação contínua e quanto ao facto de ela ser decisiva para o futuro da Europa, pois irá determinar a capacidade ou incapacidade de enfrentar os desafios com sucesso. Neste sentido, defendeu que o seu acesso deve ser generalizado a todos, devendo ser criadas condições para que isso aconteça, e que os direitos dos trabalhadores também deverão ser alterados.

Antes do encerramento da sessão, interveio, ainda, **János Ádám KARÁCSONY (PPE)**, relator para a questões demográficas, do Comité das Regiões, o qual sublinhou a importância que a Nova Agenda de Competências desempenha no desenvolvimento da Europa. Neste sentido, salientou que o investimento em capital humano deve incluir atividades que permitam chegar às pessoas mais desfavorecidas, destacando a necessidade de haver atividades de *upskilling* e *reskilling* e a importância da cooperação entre diferentes organismos, de diferentes níveis, e entre empresas e empregadores, com o objetivo de ter em conta as qualificações e as competências adquiridas na aprendizagem formal e informal.

As palavras finais foram proferidas por **Gordan MARAS**, que agradeceu os contributos dados e destacou a importância das intervenções. Sublinhou que fazemos parte de uma União que constrói o futuro de amanhã e que, por esse motivo, os sistemas nacionais devem ser alinhados com o quadro europeu. Falou, ainda, acerca da necessidade de encontrar soluções para o desemprego juvenil e de facultar educação e competências para todos, de modo a abranger as pessoas menos qualificadas. Terminou a sua intervenção frisando a necessidade de cooperação entre os EM, para que a Europa tenha um mercado de trabalho mais moderno e com mais qualidade, o que beneficiará todos os EM e, sobretudo, os cidadãos da UE.

A sessão foi encerrada por **Dita CHARANZOVÁ (Renew Europe)**, e pode ser visualizada [aqui](#).

---

**Anexos:**

- [Programa](#)
- [Lista de Participantes](#)
- [Fotografias \(dia 18 e dia 19\)](#)
- [Discurso do Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo](#)

---

Assembleia da República, 6 de outubro de 2020.

A Chefe da Delegação,



(Rita Borges Madeira)